

A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático

Maria Angélica Furtado da Cunha*
Marcos Antonio Costa*



Abstract

This paper discusses the interdependence of syntax, semantics and pragmatics from the view point of a functionalist approach to language use. The phenomenon of transitivity is provided as an evidence of this integration. It is argued that there is a parallelism between conceptual and linguistic categorization.

Introdução

Este trabalho discute a hierarquia e a interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático na perspectiva da abordagem funcionalista de análise lingüística. Como evidência da articulação entre os componentes, utiliza o fenômeno da transitividade tal como ele se manifesta em situações reais de fala. Analisa aspectos semânticos e

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte

sintáticos relacionados à estrutura argumental do predicado e à atuação de fatores pragmáticos sobre a codificação dessa estrutura.

O modelo funcionalista de inspiração em Givón, Hopper & Thompson (1980), em especial, toma como pressuposto que há um paralelismo entre a categorização conceptual e a categorização lingüística, ou seja, conhecimento do mundo e conhecimento lingüístico não são separados.

Nesse quadro, as análises lingüísticas se baseiam na utilização concreta da língua pelos falantes, admitindo que a gramática se molda a partir do uso lingüístico que se dá em situações comunicativas. A gramática é, pois, o resultado da cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, que decorrem de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As regularidades observadas no uso interativo da língua são explicadas com base nas condições discursivas em que se verifica esse uso. Portanto, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes.

A Lingüística Funcional postula a ascendência do componente pragmático sobre o componente semântico, e do semântico sobre o componente sintático: a gramática da cláusula veicula o sistema semântico da língua, o qual, por sua vez, organiza os acontecimentos da realidade. No processo de gramaticalização, aqui entendido como a fixação de padrões discursivos em padrões gramaticais, há, portanto, uma atuação direta do componente pragmático.

1. A transitividade verbal

Tomemos o fenômeno da transitividade para ilustrar a integração entre os níveis de análise lingüística.¹ A transitividade, definida como “transferência de uma atividade de um agente para um paciente”, apresenta um componente semântico e um componente sintático. Uma cláusula transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um que é responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e outro que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. Do ponto de vista semântico, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades do agente, do paciente e do verbo envolvidos na cláusula que codifica esse evento. Em princípio, a delimitação das propriedades desses três elementos é uma questão de grau. Do ponto de vista sintático, todas as cláusulas - e verbos - que têm um objeto direto são transitivas; as que não o têm são intransitivas. Segundo Givón (2001), embora as caracterizações semânticas e sintáticas da transitividade pareçam independentes, elas se sobrepõem: a maioria das cláusulas que são semanticamente transitivas também são sintaticamente transitivas. Desse modo, se uma cláusula codifica um evento semanticamente transitivo, o agente e o paciente do evento são, respectivamente, o sujeito e o objeto direto dessa cláusula. Contudo, a manifestação discursiva de um verbo

¹ No caso específico deste trabalho, nossas observações provêm da análise (em desenvolvimento no Projeto Integrado de Pesquisa *Manifestações discursivas da transitividade verbal: uma abordagem funcionalista*, CNPq/2003) de dados extraídos do *Corpus Discurso & Gramática - a língua falada e escrita na cidade do Natal*, composto de textos orais e escritos produzidos em situações reais de interação.

potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos, como a perspectiva a partir da qual o falante interpreta o evento narrado.

Na análise das manifestações discursivas da transitividade em textos reais, três pontos se destacam:

- (i) A transitividade não é uma propriedade inerente de um dado verbo. Dependendo do contexto de uso, um mesmo verbo pode oscilar/variado entre uma classificação transitiva ou intransitiva. Ex: *comer* e *beber* - *comer carne, beber vinho, o doente não come nem bebe* (Said Ali, 1971:165).
- (ii) O SN que é sintaticamente analisado como objeto direto nem sempre funciona semanticamente como paciente da ação verbal, afastando-se do caso característico, ou prototípico. Ex: *pedir dinheiro*.
- (iii) Na avaliação da transitividade, interagem elementos tanto de natureza sintática (presença/ausência de SN complemento), quanto semântica (papel semântico do objeto) e pragmática (uso contextual do verbo).

Desse modo, a transitividade pode ser focalizada a partir de três ângulos diferentes: a estrutura argumental dos verbos tradicionalmente classificados como transitivos, o papel semântico dos argumentos sujeito e objeto e a ordenação desses argumentos em relação ao verbo. Esses aspectos se correlacionam a processos de natureza cognitiva e de natureza pragmático-comunicativa que regulam as tendências de manifestação discursiva da transitividade verbal.

2. A abordagem funcionalista da linguagem

Uma alternativa de tratamento para a questão da transitividade é fornecida pelo quadro teórico da Linguística Funcional Norte-Americana, sob a orientação de Givón, Hopper, Thompson, entre outros. De acordo com esse tratamento, a transitividade é entendida não como uma propriedade categórica do verbo - uma vez que o mesmo verbo pode ser empregado ora intransitivamente, ora transitivamente - mas como uma propriedade escalar (ou gradiente) da cláusula como um todo.

Em relação à transitividade, a postura funcionalista leva em conta a interferência de fatores discursivos na codificação gramatical das cláusulas e dos casos semânticos envolvidos, ressaltando a estreita correlação entre as determinações do discurso e as da gramática. A análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente, pois na interpretação/afecção da transitividade do verbo está implicado o papel do contexto lingüístico. Conclui-se, então, que a transitividade não é uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas está sujeita a fatores que ultrapassam o âmbito do Sintagma Verbal.

A posição corrente, na lingüística contemporânea, é que os verbos (ou melhor, os predicados) são listados no léxico com *frames* que especificam quais argumentos são obrigatórios e quais são opcionais (cf. Fillmore, 1968,

Langacker, 1987 e Payne, 1997, entre outros). Os falantes dominam essa informação à medida que adquirem sua língua materna.

2.1 A teoria dos protótipos

No quadro da Lingüística Cognitiva, tem-se buscado estabelecer pressupostos que apontam, por exemplo, para o entendimento de que a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de que as palavras e as frases assumem seus significados no contexto, o que implica a idéia de que os conceitos são conseqüentes de padrões criados culturalmente. Trabalhos como o de Salomão (1999), Koch & Marcuschi (1998), entre outros, questionam o tratamento do termo *conceito* como pacote de sentidos localizados e estáveis. Segundo esses autores, o sentido não está depositado em um armazém de conceitos. Construídos para propósitos locais de conhecimento e de ação, os significados deixam de ser vistos como objetos mentais circunscritos em regiões conceituais e passam a ser analisados como complexas operações que interagem.

Desse modo, uma vez que o significado é apenas subdeterminado pelo significante, a *interpretação* passa a ser entendida como uma atividade de construção conceitual e a existência de um *significante-portador-de-sentido* é recusada. Afastamo-nos, portanto, de uma concepção que identifica a língua como um instrumento pronto para usos diversos. O entendimento é o de que o “significado literal” não “está na linguagem” porque não se situa em parte alguma. Mesmo as significações mais triviais resultam de um “trabalho social” localizado, situacional, que supõe negociação e que, por isso mesmo, é guiado não apenas pelo sinal lingüístico, mas por outros sinais que o refinam e o complementam.

A perspectiva cognitivista da linguagem propõe ainda que o pensamento é conseqüente da constituição corporal humana, apresentando características derivadas da estrutura e do movimento do corpo e da experiência física e social que os humanos vivenciam através dele. Além disso, o pensamento é imaginativo, o que significa dizer que, para compreender conceitos que não são diretamente associados à experiência física, os humanos, conscientemente ou não, empregam metáforas e metonímias para nomear ou referir-se àquilo que não se pode ver ou sentir. Sendo assim, a sintaxe não é autônoma, mas subordinada a mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção lingüística em determinados contextos de uso. Essas e outras questões são tratadas, marcadamente a partir do início da década de 70 do século passado, por pesquisadores tais como Rosch (1973, 1975a, 1975b, 1978) – sobre o nível básico das categorias; Berlin & Kay (1969) e Kay & McDaniel (1978) – sobre termos para cores; Fillmore (1975, 1977, 1982, 1985, 1988) – sobre semântica de esquemas; Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987) e Johnson (1987) – sobre os processos metafóricos; Langacker (1987, 1990, 1991 e 1999) – Lingüística Cognitiva; Givón (1986) – sobre protótipos; Taylor (1998) – categorização prototípica; Sweetser (1990) – metáfora e cultura; entre outros.

A teoria dos protótipos, que tem Wittgenstein como um de seus precursores, constitui uma área de estudo da Lingüística Cognitiva. Questionando a existência de fronteiras nítidas entre as categorias propostas pelas formulações aristotélicas, muitos autores, ao incorporarem em suas

análises o conceito de *prototipicalidade*, passam a entender que categorizar uma entidade não é uma questão de saber se ela possui um determinado atributo ou não, mas de considerar o quanto as dimensões da entidade em questão se aproximam das dimensões ideais para ela.

Conforme propõe o modelo de categorização prototípica, algumas entidades compartilham muitos atributos comuns, constituindo-se nos protótipos de sua categoria; outras compartilham apenas alguns atributos, integrando-se como elementos marginais na classe considerada. No quadro da prototipicalidade, admite-se que a integração de uma entidade em uma categoria é muitas vezes uma questão de grau: estabelece-se, entre as entidades, um contínuo de limites imprecisos. Trabalhando-se com o modelo de protótipos, a expectativa é a de que, distribuídos em um *continuum*, diversos membros possam ser agrupados dentro de uma mesma categoria.

2.2 O evento transitivo prototípico

Transpondo o modelo dos protótipos para o fenômeno aqui enfocado, alguns autores (Slobin, 1982; Taylor, 1995; Croft, 1990, entre outros) afirmam que a transitividade é um universal lingüístico por ser um universal cognitivo, que reflete o modo pelo qual o mundo é apreendido. Nesse sentido, os traços que compõem o complexo de transitividade são traços de uma situação prototípica, no mundo da referência, que o falante julga saliente.

Slobin (1982) define o evento transitivo prototípico como aquele em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou locação em um paciente através de contato corporal direto. Há, portanto, uma identificação entre os traços típicos da cláusula transitiva canônica, tal como propostos por Hopper & Thompson (1980), e os traços que caracterizam o evento transitivo prototípico, tal como definido por Slobin. Segundo esse autor, são esses os acontecimentos que a criança percebe e codifica gramaticalmente mais cedo, partindo, depois, da codificação desses para a codificação dos acontecimentos menos típicos. A codificação consistente do evento prototípico pode ser explicada pela saliência cognitiva que esses eventos refletem. A criança inicialmente focaliza sua atenção nos acontecimentos que são mais salientes devido, conforme sugere Slobin, a uma interseção de fatores que envolvem categorias perceptuais básicas, emoção, atividades habituais e interação. Desse modo, por refletirem elementos cognitivamente salientes, ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida, os parâmetros da transitividade assinalam elementos salientes no discurso.

Nessa perspectiva de investigação lingüística, não há espaço para estruturas argumentais fixas ou rígidas nas línguas naturais. Ao definir cada papel semântico associado a um verbo, define-se um protótipo. Cada verbo define sua própria moldura proposicional única, seu próprio arranjo único de papéis semânticos. O conhecimento que adquirimos sobre os verbos – com que elementos ele se combina – pode não estar estocado em categorias nitidamente distintas. Um verbo como *comer*, por exemplo, pode ser estocado como transitivo ou intransitivo. Diversas pesquisas confirmam (Thompson & Hopper, 2001; Taylor, 1995; Lakoff, 1987; Labov, 1973) que as categorias lingüísticas se comportam como as categorias humanas de um modo geral.

Ao se deparar com um novo verbo (p. ex. *dolarizar*, em português, ou *e-mail*, como em Thompson & Hopper, 2001), o falante pode tratá-lo como um membro prototípico da classe dos verbos e até mesmo como um membro da subclasse de verbos com dois argumentos. Assim, a gramática da cláusula ou estrutura argumental é formada do mesmo modo que as outras categorias: através do contínuo processo cognitivo de classificação, refinamento e generalização a partir das interações comunicativas diárias. Como defendem Thompson & Hopper (2001), o sentido de um verbo ou predicado está relacionado aos esquemas léxico-gramaticais em que ele pode ocorrer, e a estrutura argumental é essencialmente um subconjunto desses esquemas.

As cláusulas simples são definidas em termos de suas molduras (*frames*), uma semântica e a outra sintática. A moldura semântica diz respeito aos papéis dos participantes (estrutura semântica dos tipos de estado/evento), enquanto a moldura sintática refere-se aos papéis gramaticais (estrutura sintática dos tipos de cláusula), conforme Givón (2001). O isomorfismo forma-função na cláusula simples é expresso em termos do mapeamento sistemático entre os papéis semânticos dos participantes no estado/evento e seus papéis gramaticais na cláusula.

Os verbos são divididos em tipos semânticos de acordo com os papéis semânticos dos argumentos no estado ou evento codificado pela cláusula. O conjunto de papéis semânticos tipicamente associados a cada verbo define a moldura semântico-proposicional do verbo – estado/evento – e a cláusula. A distinção entre um tipo principal e um subtipo não é regida por princípios, mas uma questão de julgamento pragmático. Nesse sentido, a estrutura argumental preferida representa um feixe característico de papéis semânticos que tem seu mapeamento “preferido” em relações ou papéis gramaticais.

2.3 A estrutura argumental preferida

O rótulo *estrutura argumental preferida* foi utilizado por Du Bois (1985) para definir, tanto gramaticalmente quanto pragmaticamente, a estrutura argumental dos verbos no *sacapulteco*, língua maia. A estrutura argumental preferida reflete a estruturação gramatical dos argumentos que é estatisticamente mais freqüente nas cláusulas no discurso.

Haveria, portanto, uma forte tendência nos textos para se manter um limite de um SN pleno (nome ou pronome) por cláusula. Nas cláusulas ativas semanticamente intransitivas, esse SN é geralmente o sujeito; nas cláusulas ativas semanticamente transitivas, o SN é o objeto. Para Du Bois, a preferência pelos argumentos sujeito da intransitiva e objeto da transitiva decorre do fato de que são esses argumentos que introduzem informação nova no discurso.

Várias pesquisas corroboram os resultados obtidos por Du Bois (Dutra, 1987; Neves, 1994 e Furtado da Cunha, 1989, para o português). Essas pesquisas demonstram que os falantes utilizam mais freqüentemente um dado tipo de cláusula ou estrutura argumental, levando em consideração tanto a dimensão gramatical (número e tipo de argumentos presentes) quanto a dimensão pragmática (*status* informacional do argumento presente).

No contexto de um quadro teórico que postula uma relação de simbiose entre discurso e gramática, está claro que essa preferência por uma estrutura

argumental decorre de pressões discursivas. Nesse sentido, a categorização dos verbos é mais produtivamente abordada por meio da investigação do comportamento desses elementos nos textos, admitindo-se a competição ou interação entre forças internas e forças externas ao sistema. Logo, a transitividade do verbo não deve ser determinada exclusivamente através do critério do número de argumentos presentes na cláusula.

A estrutura argumental, ou seja, a relação entre o verbo e seus argumentos, tem sido uma questão central na investigação da gramática das línguas humanas. O termo *estrutura argumental* (*argument structure*) é usado para se referir não só ao número mas também ao tipo de argumento que um predicado toma. Na lingüística contemporânea, *estrutura argumental* aponta para a idéia de que os predicados são listados no léxico com molduras (*frames*) que especificam quais são seus argumentos obrigatórios e quais são opcionais (Dik, 1989; Fillmore, 1986; Langacker, 1987; Payne, 1997, entre outros). Para muitas línguas, isso significa listar as molduras em que um dado verbo pode participar. Parece consensual que a estrutura argumental dos verbos é um tipo de conhecimento que o falante adquire à medida que aprende a usar a sua língua. Contudo, as discussões sobre a estrutura argumental têm sido baseadas em exemplos fabricados, e não em textos reais.

Thompson & Hopper (2001) citam vários problemas envolvidos no estudo da gramática da cláusula sob a perspectiva da estrutura argumental, tais como: cenas (*scenes*), predicados sem estrutura argumental e fronteiras indeterminadas entre predicados de um participante e de dois participantes.

Com relação a cenas, a metodologia utilizada para determinar a valência semântica² de um verbo é imaginar ou conceitualizar cenas para esse verbo, ou seja, que eventos ele pode expressar, quem ou o quê (que participantes) deve estar presente no evento refletido pelo verbo, quantos argumentos podem acompanhá-lo. Contudo, pesquisas baseadas em *corpora* identificaram um leque de usos de verbos que não aparecem nas investigações sobre a estrutura argumental baseadas na introspecção.

No que se refere a predicados sem estrutura argumental, Thompson & Hopper (2001) argumentam que *corpora* de conversações do dia-a-dia registram muitas expressões lexicalizadas que são apre(e)ndidas como unidades e que não se prestam a uma análise baseada em verbos que escolhem os participantes com que ocorrem. Em português, temos como exemplo as expressões *dar um cochilo* ou *ter confiança*.

Quanto à impossibilidade de traçar fronteiras nítidas entre predicados de um e de dois participantes, os autores observam que, além de as línguas naturais diferirem quanto à marcação desses predicados, em uma mesma língua os predicados variam em relação à especificação clara dos nomes com os quais podem ocorrer. Desse modo, alguns verbos podem alternar entre uma configuração de um participante ou de dois participantes, comprovando a fluidez entre as duas categorias de predicado. Veja-se, por exemplo, a alternância entre *Eu fervei a água* e *A água já ferveu*.

² *Valência semântica* é o número de participantes que devem estar presentes na cena expressa pelo verbo. Por exemplo, o verbo *comer* tem uma valência semântica de dois, já que deve haver pelo menos alguém que come e uma coisa comida (Payne, 1997).

Conclusões preliminares

A concepção de gramática como uma estrutura emergente, maleável, sujeita às determinações do discurso, reconhece a interação das motivações que operam na língua, responsáveis, em última instância, pela variação lingüística. Num modelo como esse, nenhuma língua é ótima, isto é, totalmente motivada, porque os princípios que governam a existência dos tipos lingüísticos estão em conflito. Nesse sentido, a motivação é entendida como uma correspondência entre nossa percepção do mundo e nossa codificação dessa percepção. Historicamente as línguas se movimentam constantemente para trás e para frente, entre os pólos de uma expressão compacta e sintética e uma expressão segmentada e analítica. Isso porque o dever de ser claro está sempre em luta com o dever de ser rápido e natural. Para Givón (1995), que compartilha o mesmo ponto de vista, a língua é uma arena interativa, onde subsistemas competidores encontram seu equilíbrio dinâmico em um compromisso eclético. É o que defende também Slobin (1980), que vê a língua como um sistema comunicativo que reflete a resolução de várias pressões concorrentes. Assim, a variação lingüística não é um processo evolutivo unidirecional rumo a um estado final ideal, mas antes uma constante e dinâmica tentativa para manter o equilíbrio entre simplificação (economia) e elaboração (iconicidade).

Pelo que foi exposto, depreende-se que há uma relação icônica entre estrutura conceptual (representada, neste caso, pelo evento transitivo prototípico) e estrutura lingüística (cláusula transitiva prototípica). No fenômeno da transitividade, a iconicidade se manifesta também na tendência de os sujeitos das cláusulas desempenharem o papel semântico de agente, enquanto os objetos funcionam como pacientes. Para Givón (2001), o fato de os tipos de cláusula e sua estrutura argumental característica serem, em grande medida, determinados pela classe semântica – e também sintática – do verbo exemplifica o isomorfismo forma-função.

Vale salientar, ainda, como o faz Du Bois (1985), o forte vínculo entre a resolução das motivações em competição e o processo de gramaticalização: é, em grande parte, a necessidade de resolver essa competição que leva à existência da própria gramática como uma estrutura regular.

Concluimos, então, que há vários problemas envolvidos na visão tradicional da estrutura argumental, que leva em conta cenas fixas. Na verdade, a estrutura argumental parece ser muito mais variável comparada com o que tradicionalmente se afirma sobre a gramática das cláusulas. Trabalhos recentes na linha funcionalista evidenciam que a estrutura argumental tem a ver com frequência no uso lingüístico real. O modo como os verbos se combinam com nomes não é uma propriedade estável dos itens no léxico mental, mas um fato altamente variável. Somente através do exame de dados de textos reais é possível determinar como os verbos e seus argumentos são usados por falantes reais, engajados em interações comunicativas. A análise desses dados pode fornecer material relevante para a compreensão de como os humanos produzem e processam a linguagem, no que se poderia denominar uma teoria da atividade verbal, interessada, em última análise, em tentar entender como os humanos atuam na interação cotidiana, como produzem linguagem. O objetivo final, no

caso presente, seria contribuir para a formulação de uma gramática do uso no que se refere à transitividade verbal, observando os padrões recorrentes nos textos para saber que construções os falantes de fato usam, categorizam e estocam.

A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático

Maria Angélica Furtado da Cunha
Marcos Antonio Costa

Referências bibliográficas

BERLIN, B. & KAY, P. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins. p. 343-365, 1985.

DUTRA, R. The hybrid S category in Brazilian Portuguese: some implications for word order. *Studies in language*, 11: 163-180, 1987.

FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R. (eds.) *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 1-88, 1968.

_____. New alternative to checklist theories of meaning. In: *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 1975.

_____. Topics in lexical semantics. In: R. COLE, R. (ed.) *Current issues in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

_____. Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (ed.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin Publishing, 1982.

_____. Frames and the semantics of understanding. In: *Quaderni di Semantica* VI (2), 1985.

_____. Pragmatically controlled zero anaphora. *BLS*, 12: 95-107, 1986.

_____. The mechanisms of 'construction grammar'. *BLS*, 14: 35-55, 1988.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *A passiva no discurso*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1989.

GIVÓN, T. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: C. Craig (ed.). *Noun Classes and Categorization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1986.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax I and II*. Benjamins, John Publishing Co, 2001.

HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language* 56: 251-299, 1980.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KAY, P. & McDANIEL, C. The linguistic significance of the meanings of basic color terms. In: *Language* 54, 1978.

KOCH, I. V. & MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. In *DELTA*, vol. 14, nº Especial. EDUC: São Paulo, 1998.

LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. In: Bailey, C. J. & Shuy, R. (eds.). *New ways of analyzing variation in English*. Georgetown: Georgetown University Press, 1973.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

_____. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Linguistics*, vol. I, Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. *Concept, image and symbol: the cognitive basis of grammar*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1990.

_____. *Foundations of Cognitive Linguistics*, vol. II, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____. *Grammar and conceptualization*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1999.

NEVES, M. H. M. *A estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC*. Mimeo, 1994.

PAYNE, T. *Describing morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ROSCH, E. Natural categories. In: *Cognitive Psychology*, 4, 1973.

_____. Cognitive representations of semantic categories. In: *Cognitive Psychology*, vol.4, 1975a.

_____. Universals and cultural specifics in human categorization. In R.W. Brislin, S. Bochner & W.J. Lonner (eds.), *Cross-cultural perspectives on learning*. New York: John Wiley, 1975b.

_____. Principles of categorization. In: E. Rosch e B. Lloyd (eds.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Erlbaum, 1978.

SAID ALI. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SALOMÃO, M. M. M., A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. In *Veredas. Revista de Estudos Lingüísticos*, v. 3, n. 1. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1999.

SLOBIN, D. I. *Psicolingüística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. The origins of grammatical encoding of events. In: HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. (eds.). *Studies in transitivity*. [Syntax and semantics, v. 15]. New York: Academic Press. p. 409-422, 1982.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

_____. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum. p. 177-203, 1998.

THOMPSON, S. A. & HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J & HOPPER, P. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins. p. 27-60, 2001.